

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	7
Lista de abreviaturas e siglas	9
1. Introdução	13
2. O nascimento jurídico da moralidade administrativa e a teoria institucionalista de Maurice Hauriou	15
2.1 Maurice Hauriou: biografia, movimentos sociais e perspectivas teóricas.....	15
2.1.1 Breve biografia de Maurice Hauriou	16
2.1.2 Le Sillon	17
2.1.3 A filiação de Maurice Hauriou à escola de direito natural universal e a objeção à escola histórica de Savigny.....	20
2.2 O surgimento do termo “Moralidade Administrativa” na obra de Maurice Hauriou.....	29
2.3 A admissibilidade do <i>Recours Pour Excès De Pouvoir</i> pelo Conselho de Estado Francês	35
2.4 A teoria da instituição e da fundação de Maurice Hauriou	38
2.4.1 A Teoria Institucionalista de Maurice Hauriou e a querela entre o objetivo e subjetivo.....	39
2.4.1.1 As Instituições-pessoa.....	46
2.4.1.1.1 Os elementos da instituição: ideia diretriz, poder de governo organizado e manifestações de comunhão.....	47
2.4.1.1.2 Os fenômenos da instituição: incorporação, interiorização e personificação	52

2.4.1.1.3 A personalidade moral da instituição	59
2.4.1.1.4 A fisiologia das instituições.....	61
3. A moralidade administrativa na Teoria da Personalidade Moral de Hauriou	65
3.1 A uníssona gestação das fundações e da personalidade moral.....	65
3.2 Pessoas jurídicas e pessoas morais: o impasse entre a Teoria da Ficção e a Teoria do Órgão.....	67
3.2.1 As controvérsias entre Léon Michoud e Maurice Hauriou	71
3.3 A personalidade moral em Hauriou: uma questão de representação.....	73
3.4 Instituição, personalidade moral e moralidade administrativa	76
4. Tentativas de conceituação do princípio constitucional da moralidade administrativa pela literatura especializada de Direito Público no Brasil.....	83
4.1 O resgate teórico-histórico do princípio constitucional da moralidade administrativa no direito brasileiro.....	84
4.2 Tentativas de conceituação do princípio constitucional da moralidade administrativa pela literatura especializada de Direito Público	93
4.3 O Supremo Tribunal Federal e o princípio constitucional da moralidade administrativa.....	109
4.4 Críticas à literatura e à jurisprudência em face da moralidade administrativa de Hauriou.....	124
5. Considerações finais.....	131
Referências.....	135